

AD VERSO

Jornal da Adufrgs

nº 38



Bioética

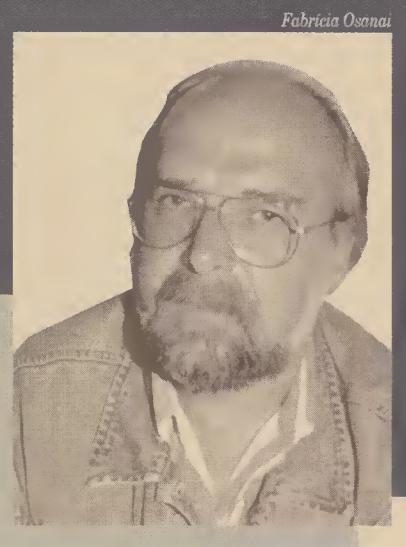
O caso da ovelha Dolly conduz o homem moderno às fronteiras do que é permitido no binômio Ética e Conhecimento. A Humanidade tem agora o poder de modificar-se geneticamente, trazendo novas angústias para o homem moderno. Páginas 3 e 4

A Uergs volta à cenda

Com Olívio Dutra no Palácio Piratini, o sonho da criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) deixa a poeira dos arquivos e retorna à ordem do dia como uma possibilidade de acesso ao Ensino Superior público e gratuito a milhares de gaúchos. Enquanto um projeto de lei tramita na Assembléia Legislativa prevendo a incorporação de sete universidades comunitárias do interior, a Frente Popular define qual o seu modelo de universidade e de onde virão os recursos para tirar a idéia do papel.

Páginas 6, 7 e 8

Excluindo-se reservados nichos da esquerda brasileira, ninguém fala em suspensão da dívida externa sem ganhar a pecha de "irresponsável". Fora do Brasil, o assunto adquire contornos mais suaves e já existem organizações que reivindicam a anulação das dívidas dos países pobres. O belga Eric Toussaint, coordenador do Comitê pela Anulação da Dívida Externa do Terceiro Mundo fala ao ADVERSO sobre o assunto. Página 12





Gilmar Fraga

A tesoura em ação

A diretoria da Andes, em recente audiência (11 de novembro) com o Sr. Ministro da Educação, recebeu a "grata" notícia que dois duodécimos do repasse orçamentário de OCC para a universidade irão para baixo do tapete, isto é, não serão liberados. Mais do que isso, os cortes no MEC devem atingir R\$ 570 milhões dos quais R\$ 102 milhões se referem às universidades, essencialmente na rubrica de OCC (orçamento de custeio e capital), portanto excede os 10% (cerca de R\$ 76 milhões) que o ministro havia anunciado aos reitores.

Como enfrentarão as universidades federais seus compromissos se entraram este ano (1998) com uma dívida de R\$ 40 milhões e acumularão no curso de 1998, na melhor das hipóteses, mais R\$ 40 milhões de dívidas e ainda terão um orçamento para 1999 inferior ao de 1998?

Já estamos recebendo sinais de colegas de várias unidades que estão sendo suspensas as saídas de campo, essenciais para algumas disciplinas. Certos cursos que necessitam materiais e reagente para manipulação em aulas práticas estão esgotando toda a reserva de criatividade para obtê-los.

Como é que o ministro faz pregações sobre a melhoria dos cursos de graduação e aceita cortes naquilo que é essencial para garantir um mínimo de qualidade no ensino?

Mesmo antes do fechamento do acordo com o FMI o governo aciona a tesoura, como se esfolar a educação, a saúde e a área social, enfim, fizesse parte dos salamaleques necessários para despertar a boa vontade dos interventores do capital internacional.

A Andes, a Adufrgs e outras entidades da área da educação pretendem reunir-se com as bancadas de congressistas dos estados da federação para fazê-los ver que estes cortes no MEC, assim como a majoração dos descontos previdenciários, comprometem o presente e o futuro da educação e, seguramente, o presente e o futuro da nação.

Reforço ao HUs

Enfim, uma boa notícia para os Hospitais Universitários! No fechamento desta edição, fomos informados de que as pressões que nosso sindicato nacional (Andes/SN) vinha realizando sobre a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados obtiveram parte dos resultados esperados. A Comissão aprovou, em caráter definitivo, a destinação de R\$ 441 milhões do SUS para os Hospitais Universitários que se encontram em situação de penúria total. Paralelamente, a Andes entrará com representação junto ao Ministério Público para garantir que os recursos da Educação – previstos no Orçamento da União para este e para o próximo ano – não sejam retidos pela área econômica. Convém lembrar que em outubro deste ano, 57% dos recursos da Educação foram contingenciados devido a medidas de ajuste orçamentário do governo federal. Na prática, as universidades têm a receber R\$ 58 milhões, referentes às duas últimas de 12 parcelas do repasse do governo deste ano para investimento e manutenção das universidades.

Nova Diretoria

A Chapa 1 – Adufrgs Democrática e Participativa foi eleita nos dias 11 e 12 de novembro para dirigir a entidade no biênio 1998/2000. A apuração final: 608 votos (59,72%) para a Chapa 1 e 371 votos (36,44%) para a Chapa 2. Votaram 1018 professores (38,06% dos sócios). Votos em branco e nulos: 36. A chapa vencedora é composta pelos professores Carlos Schmidt (presidente), Lúcio Hagemann (1º vice), Elisabete Búrigo (2º vice), Regina Rigatto Witt (1ª secretária), Daniela Marzola Fialho (2ª secretária), Edson Lindner (1º tesoureiro), Mário Brauner (2º tesoureiro), Rubens Weyne (1º suplente) e Jaqueline Moll (2º suplente). A tradicional página de entrevistas do ADVERSO, em sua próxima edição, trará uma entrevista com o presidente eleito falando sobre os projetos da nova diretoria para o sindicato.



A Semana do Aplicação

O ano de 1968 foi o mote encontrado pelos professores do Colégio de Aplicação da Ufrgs para recolocar no calendário do colégio a Semana Acadêmica. Palesstras, seminários, exibição de vídeos, rodas de violão, composição de painéis e aulas de história (foto) foram algumas das atividades. A coordenação das atividades estava a cargo da professora Maria Adélia Pinhal de Carlos (Aplicação) e do professor Henrique Padrós (Departamento de História Contemporânea da Ufrgs). Maria Adélia conta que o sucesso da Semana Acadêmica foi tão grande que as atividades foram estendidas por duas semanas. Os professores pretendem repetir a dose em 99 – com outro tema – e já iniciaram a organização do evento.

Corte no MEC

Os hospitais universitários sofreram o maior corte, em valores absolutos, na revisão da proposta orçamentária para 1999 do Ministério da Educação: R\$ 441,3 milhões. Foram atingidos também, pelo menos, outros 54 itens da lista de despesas do ministério, o que significa uma redução de R\$ 40,1 milhões nas verbas para o Programa Nacional do Livro Didático, R\$ 29 milhões para o crédito educativo e R\$ 34,2 milhões para o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), programa que distribui recursos para os estabelecimentos de Ensino Fundamental.

Boatos

Um boato circulou pela Ufrgs nos últimos dias, causando pânico entre os professores ao “revelar” que o pagamento relativo a dezembro, incluindo 13º e outras vantagens, seria pago somente em 1999. O fato acarretaria perdas aos professores devido ao aumento de contribuição ao imposto de renda. A Pró-Reitora de Recursos Humanos e Serviços à Comunidade Universitária, Maria Beatriz Galarraga, desmentiu os boatos. Galarraga informou que nenhuma alteração no calendário de pagamento foi notificada à Universidade. Os 50% do 13º que faltavam serão pagos na folha de novembro.

A biotecnologia semeia em todos os ventos

Agora o ser humano tem o poder de modificar-se geneticamente. A aventura científica se acelera sem que sejam fixadas, em escala internacional, nem mesmo em escala nacional, os limites a não serem ultrapassados. O caso da ovelha Dolly, este filhote clonado adulto, deu a prova a todos aqueles que ainda duvidavam. Por outro lado, a chegada no mercado europeu de produtos como o milho ou a soja manipulados suscita numerosas questões sobre os riscos que se corre. Para quem e com que fim os organismos geneticamente manipulados (OGM) foram desenvolvidos? Isso é necessário? Isso é razoável?

Jacques Testart*

A tecnologia genética permite transferir para uma planta ou para um animal o gene responsável de um caráter útil ao homem. Desse modo, vegetais podem aumentar seu rendimento, melhor resistir aos parasitas ou a herbicidas, enriquecer-se constituindo nutrientes ou energéticos ou mesmo produzir substâncias farmacológicas.

Para justificar a disseminação de plantas transgênicas, se acena com o fato de que no ano 2100 será preciso alimentar 11 bilhões de pessoas¹; dito de outra maneira, a população crescerá mais que a produção agrícola se esta permanecer "tradicional". O fato é que mesmo se plantas e animais transgênicos permitissem alimentar esta população, as outras necessidades humanas não seriam satisfeitas. Na ausência de uma política voluntarista, o consumo de energia aumentaria proporcionalmente em efeito. Somente a energia nuclear seria então suscetível de responder à demanda, a menos que lancemos mão desde agora das energias renováveis². O projeto genético na agricultura é complementar do projeto atô-

mico na indústria...

Nós reencontraremos amiúde esta cumplicidade entre o gene e o átomo, elementos básicos manipuláveis da matéria viva e da matéria inerte. Aceitar a disseminação das plantas transgênicas significa aceitar a multiplicação de centrais nucleares e, reciprocamente, porque um sem o outro não teria futuro. E também porque o abandono de um assinalaria a tomada de consciência da necessidade de um desenvol-



vimento duradouro e levaria ao abandono do outro. No entanto, aqueles que nos impõem o progresso pelo gene se crêem independentes daqueles que nos impõem o progresso pelo átomo. É que, mesmo que eles compartilhem da mesma ideologia, eles se alimentam de tecnologias aparentadas.

Cada um conhece os riscos inerentes à produção de energia nuclear. No que diz respeito às plantas transgênicas, ninguém deveria sofrer por consumir um tomate de amadurecimento retardado ou milho resistente a certos parasitas, contrariamente aos temores do público, seguidamente ansioso diante de todo desafio feito à ordem natural. O risco alimentar não é, no entanto, negligenciável, podendo os organismos geneticamente modificados (OGM) estar na origem de alergias. Mais grave, em contrapartida, é a questão do futuro dos genes novos deixados na natureza. Um futuro "imprevisível", segundo os próprios experts, na seqüência de fluxos de genes para outros vegetais ou para a flora microbiana.

Desse modo, as beterrabas transgênicas, capazes de resistir aos herbicidas, já puderam passar seu gene de resistência às ervas daninhas do meio; desse modo, a colza transgênica resiste ao herbicida. Pouco importa se mostrou-se incapaz de espalhar seu pólen por muitos quilômetros – os experts diziam que seria por 500 metros – e de fecundar variedades selvagens gerando híbridos férteis – que os experts afirmavam no entanto a esterilidade... Outro risco: que selecionemos parasitas resistentes aos inseticidas utilizando plantas transgênicas produtoras de toxinas de bactérias capazes de matar os insetos. Os plantadores fizeram a dolorosa experiência investindo num algodão transgênico que não resistiu aos parasitas tão bem conforme o prometido, mas fabricou uma tal resistência nos insetos que tornou necessário distribuir pesticidas em abundância.

Os experts confessam que a avaliação só é possível em condições reais e focalizam o essencial de seus discursos nos procedimentos de "biovigilância", sem ter certeza de que estes procedimentos seriam suficientes para conter o risco corrido³. A disseminação dos OGM lembra a introdução de plantas ou de animais nos países onde eles eram inexistentes: a metade dos mamíferos e pássaros (19 espécies sobre 40) assim introduzidos nos Estados Unidos se transformaram em praga, e conhecemos a história dos coelhos proliferando até o desastre na Austrália...

Por outro lado, as plantas transgênicas estão disseminadas segundo planos agro-econômicos estabelecidos para condições dadas, mas que são suscetíveis de evoluírem com a mesma aplicação destes planos ou de outros fatores não controlados. A multiplicidade das variedades naturais, já ameaçadas pela agricultura tradicional, poderia ser rapidamente afetada por programas gigantes de agricultura transgênica, arruinando as reservas de riquezas genéticas⁴. A seleção tradicional das melhores variedades não teve o impacto ecológico que teria a disseminação de variedades inventadas. No primeiro caso, já provado, a lenta propagação das plantas escolhidas se acomoda relativamente às variedades selvagens. Por outro lado, o enorme investimento intelectual e financeiro colocado nas plantas transgênicas faz prever que as

*Diretor de pesquisa no Institut National de Santé et de la Recherche Médicale (INSERM), Paris, autor de "La procréation médicalisée" e de "Désir de gène", Flammarion, Paris, respectivamente 1993 e 1994. Artigo traduzido do *Le Monde Diplomatique* por Maria Regina Pilla.

continua na página seguinte

LE MONDE DIPLOMATIQUE

continuação da página anterior

construções vivas inéditas serão dispersadas como produtos industriais, segundo programas universais que ignorarão as fronteiras políticas, os redutos ecológicos e a conservação do patrimônio biológico.

Outra consequência provável: a alienação dos agricultores com variedades necessitando cuidados específicos. Uma certa natureza de adubo, de pesticidas e de modos de cultura poderia revelar-se imperativa para cada planta em benefício de industriais agroalimentar, associados a industriais de biotecnologias, no seio de multinacionais poderosas.

Estes riscos, não exaustivos, são bem reais e não seriam aceitáveis se não houvesse outra maneira de sobreviver. "Fora das plantas transgênicas nenhuma salvação alimentar!", nos dizem. Vejamos. Segundo os demógrafos, a população humana não fará mais do que duplicar. Certamente cinco bilhões de homens a mais é considerável, mas essa progressão cessará a partir do fim do século 21. Por que não tentar reduzir o efetivo das populações em vez de alinhar-se a uma curva demográfica pretensamente inevitável e indefinida? Somas consideráveis são investidas no gênio biomolecular, enquanto não é encorajada a pesquisa de novos procedimentos contraceptivos e de projetos de pesquisa médica, escapando à fascinação genética, recebem poucos créditos.

Vamos ao fundo das coisas: melhor que pela inovação médica, poderíamos controlar o crescimento da população mundial escolarizando as crianças e, sobretudo, as meninas, até a adolescência... Os resultados são comprovados: quando a educação das mulheres se afirma, o número de nascimentos baixa fortemente. Mas que lobby gostaria de construir escolas? Quem financiará um corpo docente abundante? Já que o mundo dispõe dos meios necessários para assegurar a alimentação, a saúde, a educação de todos os humanos atualmente vivos, por que nos fazer tomar as miragens da tecnociência por respostas adaptadas?

As soluções estão aí, mas elas são inutilizadas por ausência de vontade política e se esta vontade não existe toda nova proposição da técnica não apresenta nenhum interesse, salvo quando se trata de abrir novos mercados. Diante de tais mistificações, é preciso colocar a questão do domínio da tecnociência⁵. É vergonhoso prometer dias de amanhã que louvam a participação do progresso tecnológico quando excedentes são destruídos antes de serem redistribuídos, quando terras férteis são esterilizadas durante o descanso do solo, quando a luta contra as doenças negligencia as mais freqüentes delas e se consagra a refazer o direito dos "ricos à saúde".

Entre as sete espécies transgênicas comercializáveis em 1995⁶ contamos com o algodão, cujo interesse é incontestável, mas não alimentar, e o tabaco, de que havíamos subestimado o poder nutritivo. O álibi humanitário que sustenta os programas de transgenia esconde outros interesses onde a economia de mercado é preponderante. As inundações destroem tal região, enquanto a seca impõe noutra. O gênio civil é rapidamente destronado pelas miragens do gênio biomolecular!

Se a disseminação de OGM corre o risco de afetar nossas relações com o ambiente natural, ela poderia também alterar nosso ambiente artificial, como essas perturbações climáticas que alteram nosso universo técnico cada vez mais sofisticado e portanto frágil. Assim, um frio de inverno apenas superior à média é vivido dramaticamente pelos cidadãos modernos: túneis, estradas e trens são bruscamente paralisados, a produção reduzida, os estoques alimentares perdidos e os mais pobres morrem transidos de frio nas ruas. É uma catástrofe se faz calor demais ou se chove um

pouco mais ou um pouco menos do que o previsto, segundo as médias de referência dos experts. Ora, os animais ou plantas selecionados para servir ao homem revelam quase sempre ter exigências superiores às variedades selvagens e uma menor robustez. Assim, essas vacas de alta produção leiteira necessitam estábulo em condições controladas, assistência veterinária freqüente e alimentação enriquecida, melhorando o rendimento através de um regime carnívoro a ponto de torná-las "loucas". A desestabilização progressiva das relações do homem com o seu universo imediato nos obriga a confrontar as promessas tecnológicas com uma questão simples: "Isso é necessário? Isso é razoável?"⁷

A OCDE interveio em 1986 para recomendar que se avalie o risco potencial apresentado por cada OGM. De seu lado, a Comissão europeia estabeleceu, em 1990, uma diretiva segundo a qual todo projeto de disseminação deve ser submetido ao aval de uma autoridade competente e à opinião dos outros Estados europeus. Assim, reduziram-se as fortes divergências entre os países mais permissivos – a Espanha, por exemplo – e os mais circunspectos, como a Alemanha⁸. Ao mesmo tempo, a severidade de muitos países incitou certos industriais a submeterem-se voluntariamente a estas regulamentações a fim de se beneficiar de um selo indiscutível.



Descaracterização da questão ética

Entretanto, a prudência que se impõe nesse domínio é bem diferente daquela que prevalece em outros lados, para as tecnologias médicas, por exemplo. Ao inverso das inovações médicas solicitadas pelos próprios pacientes e cujas modalidades são submetidas ao seu consentimento, a disseminação das plantas transgênicas se impõe fora da demanda social e sem "consentimento livre e esclarecido" das populações. É aí que encontramos o poder absoluto das certezas arrogantes dos experts, como era já o caso nuclear... Devidamente, o gene e o átomo inspiram políticas não somente convergentes, mas comparáveis. Essas conduzem a ações massivas e irreversíveis que não ameaçam apenas a saúde e a qualidade de vida, mas também a democracia.

Os programas gigantes em biotecnologia podem modificar as relações de produção e induzir mudanças sociais com os quais nenhuma comissão parece preocupar-se; os industriais aliando-se aos especialistas para impor novos modos de vida, sem benefício certo para a maioria da humanidade. A natureza ética e política do que está em jogo é mascarada pelos debates de experts. Estes últimos tentam fazer crer que as precauções securitárias inegáveis seriam suficientes para justificar tal ou qual prática, como vimos na recente polêmica em torno da injeção de esperma-

tozóide no óvulo (ICSI) que permite a homens estéreis procriar: a preocupação de segurança genética levou alguns a preferirem a doação do esperma por um terceiro, ignorando os problemas humanos⁹. Certas crianças do ICSI serão estéreis como seu pai, mas a busca do produto "com defeito zero" poderia proibir toda assistência médica a indivíduos estéreis se eles são também míopes ou asmáticos, portanto suscetíveis de procriar bebês com o handicap parental. Ortonogenia ou eugenismo?

A referência incessante à conferência de Asilomar nas exposições da epopeia genética moderna confirma a descaracterização da questão ética em proveito da avaliação técnica. Reunidos em 1975, na Califórnia, 140 biólogos moleculares, inquietos com a disseminação acidental de organismo com o DNA modificado, lançaram uma moratória para elaborar normas de segurança e um comitê de vigilância. A questão das implicações da genética molecular era estranha a esta visão, que buscava reduzir os riscos diretos de uma tecnologia que se supunha indiscutível. Que a história registre esta legítima prudência como o momento fundador da ética genética, explica amplamente a confusão entre o sentido e o domínio. As interrogações que levantam as novas tecnologias são assim anuladas quando o debate técnico é orientado para a própria técnica.

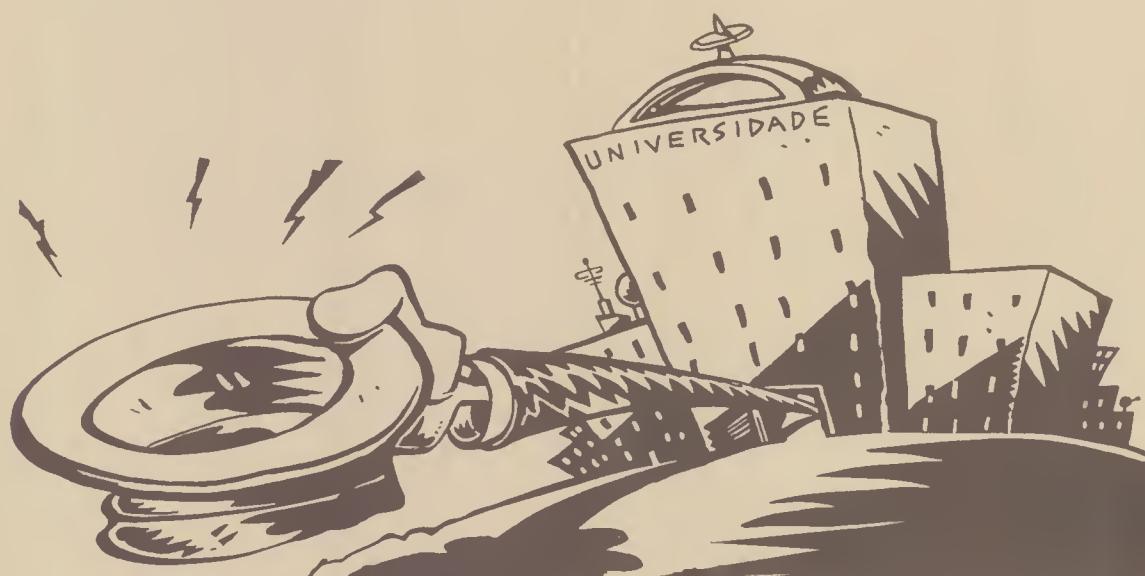
Os representantes dos cidadãos podem também vir a adotar este modo de pensamento: levados pelo tom técnico que os experts dão ao debate sobre as OGM, eles polarizam a inquietação pública sobre o perigo eventual dos alimentos transgênicos e exigem que o consumidor seja informado através de uma etiqueta explícita. Se esta etiquetagem apresenta um interesse, ele poderia ser somente para permitir um boicote dos OGM quando seus efeitos ecológicos e políticos aparecessem...

Assim, os consumidores cairiam na armadilha do conteúdo do prato, negligenciando a qualidade de vida e, para ser competentes nesse debate menor, eles secretariam experts em dietética molecular que recomendariam mais tecnicidade para controlar a tecnologia. Uma tal redução da política à técnica é temerária: desviando a reflexão do seu objeto ético, ela esteriliza o poder dos homens de escolher seu futuro. Ela limita a sua liberdade de ação à gestão de um destino tecnológico.

Notas

1. Albert Jacquard. *L'explosion démographique*, Flammarion, coll. "Dominos", Paris, 1993.
2. Benjamin Dessus. *Atlas des énergies pour un monde vivable*, Syros, Paris, 1994.
3. Véronique Le Roy. "La dissémination d'OMG. La prudence est-elle possible?". *Dossiers de l'environnement*, nº 12, INRA, 1996.
4. Consequências análogas devemos temer no que concerne à clonagem de mamíferos domésticos (*Nature*, 27 de fevereiro de 1997), tanto mais que esta técnica deveria aplicar-se a animais transgênicos. Por outro lado, a clonagem de mamíferos não teria consequência para a saúde humana ou para a disseminação selvagem dos genes, sendo este último fenômeno impossível com a fecundação interna.
5. Ler "Maîtriser la science" (manifesto coletivo), *Le Monde*, 19 de março de 1988.
6. Axel Kahn (dir.). *Les plantes transgéniques en agriculture*, John Libbey, Eurotext, Montrouge, 1996.
7. Sobre a "vaca louca" ler o dossier "Folies des vaches ou folies des hommes?", *Le Monde Diplomatique*, maio de 1996; assim como *Transversales Science Culture*, nº 40, julho-agosto de 1996.
8. Observamos diferenças análogas entre países europeus, num domínio bem diferente, o da procriação medicamente assistida.
9. Jacques Testart, "Éthique n'est pas technique", *Le Monde Diplomatique*, novembro de 1995.

AUTONOMIA



MEC vai definir em 1999 autonomia Universitária

Regras limitarão gastos e instituição que ultrapassar previsão deverá buscar recursos por conta própria

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, considera a aprovação das regras da autonomia das universidades federais a prioridade de sua pasta para 99, na área do Ensino Superior. Apesar de longa discussão com a área econômica e com os reitores sobre o financiamento das universidades, Paulo Renato acredita que se chegou a um consenso. O MEC pretende fixar um limite para os gastos anuais das instituições. Caso ultrapassem o limite, as universidades serão obrigadas a buscar recursos por conta própria.

Paulo Renato quer, também, que as universidades públicas e particulares facilitem a transferência de alunos, para acabar com o alto índice de vagas ociosas, que chega a 40% em todo o país. "As universidades públicas estabelecem testes tão rigorosos para aceitar transferências que nem seus próprios alunos conseguiram resolver", criticou o ministro.

Já as instituições particulares, segundo Paulo Renato, não reconhecem parte dos créditos dos alunos que querem se transferir. "O MEC não pode impor regras quanto às transferências, porque iria contra a autonomia das universidades", disse. Até dezembro, deverão ser homologadas as novas regras de acesso ao Ensino Superior, em substituição ao antigo vestibular.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) ainda não definiu medidas para impedir abusos que vêm ocorrendo.

Paulo Renato não concorda com a posição de conselheiros do CNE que consideram inconstitucional o sistema de cotas do adotado na Universidade de Brasília (UnB) e outras instituições.

"Desde que sejam garantidas outras formas de acesso, não vejo problema", afirmou.

Na UnB, 50% das vagas do vestibular de janeiro serão destinadas a alunos que estão terminando o Ensino Médio os quais, durante três anos, foram selecionados por meio de testes aplicados pela Universidade.

Em 99, os currículos das universidades também começarão a mudar. A partir da aprovação dos novos Parâmetros Curriculares, o MEC está analisando cerca de 1.200 propostas das universidades, que poderão oferecer cursos seqüenciais, modulares, de pós-Secundário e de Curta Duração.

Ainda este ano, as propostas serão enviadas para aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Com as mudanças previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), alunos de um mesmo curso poderão ter trajetórias diferentes durante a graduação.

"Com o fim da exigência do currículo mínimo, o aluno poderá montar seu currículo ao longo do curso, optando ainda por matérias de outras áreas de seu interesse", explicou o diretor do Departamento de Políticas de Ensino Superior, Luiz Cury.

Embora o Conselho Federal de Arquitetura, Engenharia e Agronomia (Confea) tenha alertado que a qualidade dos cursos poderá cair, Cury lembrou que as Universidades serão obrigadas a cumprir uma carga mínima determinada pelo MEC.

De acordo com as diretrizes curriculares propostas pelo MEC, o objetivo é definir diferentes perfis profissionais para cada área de conhecimento, garantindo a flexibilidade de cursos e carreiras e promovendo a integração do ensino de graduação com a pós-graduação.

"A universidade deve formar um aluno capaz de se integrar no mercado de trabalho", afirmou Cury.

Como exemplo de inadequação à realidade, citou os cursos de engenharia. As universidades não oferecem aos alunos a formação em gerenciamento exigida na contratação de engenheiros.

A universidade também deverá se abrir para estudantes de nível médio que desejem se especializar em alguma área sem passar pela graduação.

"Eles poderão cursar disciplinas específicas para sua área de interesse e receberão um certificado de pós-Secundário", informou o professor Rubens Martins, da secretaria de Políticas do Ensino Superior.

Segundo Martins, algumas instituições, com base na LDB, estão reformulando seus currículos.

É o caso da Universidade Estadual de Medicina de Londrina (PR), onde os alunos escolhem o currículo com base em suas habilidades e aptidões.

A UnB já iniciou estudos para a adaptação de seus currículos à LDB.

O estágio antecipado é outro ponto que o MEC pretende destacar nas novas diretrizes curriculares. Alunos de medicina, por exemplo, farão prática em ambulatórios desde o primeiro ano do curso.

O objetivo da antecipação do estágio é colocar o estudante já em contato com as atividades profissionais de sua carreira, facilitando a montagem do currículo e a escolha da especialização.

ENSINO MÉDIO

Professores de 1º e 2º Graus realizam encontro no Rio

Realizou-se, de 30 de outubro a 1º de novembro, no Rio de Janeiro, o Encontro de Ensino de Primeiro e Segundo Graus das Instituições de Ensino Superior (IES). O evento teve a participação de delegados de mais de vinte instituições de Primeiro e Segundo Graus, que apontaram as mais variadas formas de inserção administrativas e pedagógicas às IES. No Painel de Abertura estavam presentes representantes da Sinasefe (organização sindical nacional das escolas técnicas federais), CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e da Andes-SN.

O painel tratou sobre o tema da Organização Sindical destas entidades, onde observou-se um trabalho conjunto da Andes e Sinasefe em relação às carreiras de docentes de 1º e 2º Graus de suas respectivas bases. Pode-se notar o interesse do Sinasefe em agregar-se ao plano de carreira da Andes, assunto que não foi abordado profundamente mas que gerou muitas dúvidas e perguntas entre os presentes, bem como a preocupação a respeito da viabilidade de implantação de uma carreira única com tantas diversidades. No segundo Painel, onde estavam presentes os professores Gaudêncio Frigotto (PUCRJ), Roberto Leher (UFRJ) e Eunice Trein (UFF), abordando o tema Ensino Médio e Educação Tecnológica. Os painelistas mostraram pontos favoráveis e contrários às mudanças educacionais propostas nestas modalidades de ensino pelo MEC e pela nova LDB, denunciando sua adequação às diretrizes do Banco Mundial e subordinação ao capitalismo globalizado.

Na manhã do último dia, quatro grandes grupos debateram e encaminharam para a plenária final da tarde indicações sobre as formas de inserção em uma carreira única bem como as preocupações e particularidades de cada instituição.

No plenária final, os debates principais centraram-se em torno de três pontos: a) a participação da Andes na Comissão que, a convite do MEC, tratará sobre uma nova carreira para os docentes de 1º e 2º Graus; b) a transposição em caráter emergencial para a carreira do Nível Superior da Ifes, nos moldes do PUCRCE ou a Carreira Única da Andes, conforme Cadernos 2 e 14; c) a necessidade dos diferentes GTs (Carreira, Política Educacional, Política Sindical e Seguridade) analisarem as questões referentes à transposição referida no item "b", subsidiando assim as deliberações do próximo Conad, em Minas Gerais.

Viajaram para participar do Encontro, como delegados da Adufrgs, os professores Edson Lindner e João Vicente Silva Souza.

Conad em BH

O 37º Conad (Conselho Nacional de Associações Docentes) vai realizar-se nos dias 20 a 22 de novembro, em Belo Horizonte. Os debates devem girar em torno de três grandes temas neste Conad: 1) Atualização do Plano de Lutas, Políticas Públicas e Campanha Salarial, 2) Autonomia, Avaliação e Carreira Docente e 3) Questões Organizativas e Financeiras. Conforme decisão de assembleia realizada no último dia 4, o presidente da Adufrgs, Carlos Schmidt, participará do 37º Conad na condição de Delegado. Como Observadores, participarão do encontro os seguintes professores: Maria Adélia Pinhal de Carlos, Fernando Molinos Pires Filho e Maria Luiza de Carvalho Armando.

UNIVERSIDADE ESTADUAL



Quando se fala em universidade estadual, a maioria das pessoas pensa logo nas meninas dos olhos dos paulistas: a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Campinas (Unicamp).

Ambas são geridas com recursos públicos, não cobram mensalidades dos estudantes e tornaram-se a grife do ensino superior de qualidade no país. Por outro lado, existe um grupo de universidades estaduais que não vive nesta ilha da fantasia de recursos, inovações e conquistas. Elas partiram do zero e estão com dificuldades de evoluir. Muitas não possuem mestres e doutores em número suficiente, fazem pouca pesquisa e não estão recebendo dinheiro suficiente para sobreviver. Esta reportagem não vai falar de nenhuma delas. A vitória de Olívio Dutra para o governo do Estado trouxe o assunto de volta à pauta dos gaúchos ao mesmo tempo que impôs uma pergunta: qual destas duas experiências será o futuro de um projeto para o Rio Grande do Sul?

James Görgen

Em meio aos tão esperados debates eleitorais promovidos no segundo turno das eleições deste ano, o candidato ao governo Antônio Britto nunca esquecia de provocar seu oponente para tentar roubar votos nas camadas mais esclarecidas da população. "O PT fala tanto em criar uma universidade estadual, mas não diz onde será sua sede nem com que recursos isso será feito", cobrava o governador em final de mandato de seu compenetrado adversário. Vitorioso nas urnas, o futuro governador terá a chance de colocar em prática a promessa de campanha. Para isso, Olívio Dutra terá de enfrentar uma oposição não esperada: a dos administradores das sete universidades comunitárias. Até então interessados no projeto de terem patrimônio e recursos humanos e materiais incorporados sob o manto público, os dirigentes do interior parecem estar revendo a questão. Vale a pena investir em um setor que já está atendido?, perguntam os representantes das instituições que poderão se transformar na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs).

Mesmo não sabendo como fazer isso, os partidos que integram a Frente Popular respondem que sim. Depois de ser defendida como ponto de honra dentro de uma coligação que diz ter uma visão "integrada-integradora", a criação de uma instituição pública que envolva todas as regiões do Estado não foi abandonada. Apenas passou a ser tratada com mais cautela.

"Este é um projeto de longo fôlego", antecipa Laerte Meliga, um dos membros da coordenação do programa de governo de Olívio Dutra. Já no primeiro turno das eleições o Partido dos Trabalhadores descreveu suas intenções em uma página do programa de governo. As "ações imediatas" giravam em torno de uma articulação com o conjunto das universidades comunitárias e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento para "elaborar um plano de médio prazo para a criação" da instituição, que seria pública e gratuita.

Depois do pleito, Meliga explica que primeiro é hora de arrumar a casa. Todas as propostas que serão implementadas a curto prazo estão atreladas a uma política de recuperação das finanças públicas com reversão do déficit primário (dívida do Estado com exceção do pagamento dos juros), que hoje ronda a casa dos R\$ 600 milhões. Com posto assegurado no primeiro escalão do próximo governo estadual, o petista elaborou pessoalmente a página do programa que trata da Uergs e é o único que

fala oficialmente sobre o assunto. Mesmo sem conhecer a fundo a situação da contabilidade pública, ele admite o que muitos especialistas petistas em educação e ciência e tecnologia já comentam nos bastidores: não existe dinheiro em caixa para financiar um projeto deste porte. Os recursos terão que ser reunidos de forma lenta e gradual. "Nós não estamos partindo do zero porque existe a vontade política de iniciar. Mas a vontade tem seus limites", justifica Meliga.

A comunidade acadêmica gaúcha interessada no projeto da Uergs sabe muito bem disso. Há mais de uma década, estão sendo travadas discussões em torno da necessidade de o Estado ter uma inserção maior no Ensino Superior. Em 1987, a Assembléia Legislativa formou uma comissão especial para tratar do tema. Em meados de outubro de 1988, entidades ligadas às universidades comunitárias e associações de professores e alunos promoveram o Congresso Pró-Universidade Pública Estadual. Dali saiu um movimento em defesa da idéia e o primeiro esboço da Uergs. Menos de dois meses depois, em 1º de dezembro de 1988, lançavam o Movimento Pró-Universidade Pública Estadual. Dois anos depois, a iniciativa foi aprovada na Assembléia. Considerada inconstitucional – só o chefe do Executivo poderia autorizar a implantação de órgãos da Administração Pública –, a lei Erany Müller (nº 82/90), que "autorizava o Poder Executivo a criar a Uergs", foi vetada pelo governador Synval Guazzelli.

Ainda não existe dinheiro em caixa para financiar um projeto deste porte

As coisas ficaram em banho-maria até este ano. No final do primeiro semestre, o deputado estadual Beto Albuquerque (PSB) protocolou na Assembléia Legislativa um projeto de lei de iniciativa popular – com mais de 35 mil assinaturas de eleitores e subscrito por 22 parlamentares. Segundo a idéia que vem sendo discutida há mais de uma década, o texto prevê a incorporação do patrimônio e dos recursos humanos e materiais das sete universidades comunitárias do estado. A saber: Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Universidade da Região da Campanha (Urcamp), Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade de Cruz Alta (Unicruz), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grand-

de do Sul (Unijuí) e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai (URI).

No prazo de dois anos, a Uergs seria definitivamente implantada. Antes disso, haveria a instalação de um Conselho Superior Provisório da Administração e da Reitoria Executiva Provisória. Cada instância seria formada por representantes das universidades comunitárias, de trabalhadores, de empresários e de um representante do Executivo estadual, além do reitor provisório. Eleições para reitor só em um segundo momento.

Pelo projeto, as instituições que quisessem ser incorporadas teriam seis meses para se enquadrarem nos termos do contrato, que funcionaria por transferência em caráter de comodato dos bens móveis, imóveis, ações, direitos e valores pertencentes à mantenedora da universidade. O balanço atualizado, comprovação de participação em ensino, pesquisa e extensão, condições para instalação de dois cursos de pós-graduação e quadro docente de, pelo menos, 30% dos membros com mestrado ou doutorado também fazem parte das exigências da lei. Outra necessidade é a apresentação de compromisso de participação dos municípios circunscritos na área de abrangência da Universidade com 1% do orçamento anual para a manutenção da instituição.

Esta seria a Uergs dos sonhos de Beto Albuquerque. "O projeto remete para a mobilização da sociedade", orgulha-se o deputado. "Obviamente que um dos itens que nós vamos sugerir já no Plano Plurianual (será apresentado na Assembléia Legislativa no início da gestão de Olívio Dutra) é explicitamente o debate da criação da Universidade Estadual", avisa. "Essa será uma obrigação fundamental dos partidos de esquerda, se quisermos revolucionar fortemente o ensino de Terceiro Grau e a pesquisa."

Contrariando o deputado, Meliga não defende necessariamente a idéia da incorporação. A visão do PT prega a articulação das universidades comunitárias para servirem aos projetos de desenvolvimento regional. "Nós defendemos a ampliação de vagas e o desenvolvimento da pesquisa e tecnologia regionais", resume o braço direito do futuro governador. "Ninguém falou em assumir os orçamentos destas universidades em quatro anos", completa, sem dar maiores detalhes do projeto.

Para os representantes das universidades comunitárias, o incremento do crédito educativo já bastaria para viabilizar o acesso dos estudantes às instituições do interior. "É muito mais negócio para o Estado", acredita o atual

presidente do Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung) e reitor da Urcamp, Morvam Ferrugem. Pelos seus cálculos, 60 a 70 mil alunos poderiam entrar ou retornar à universidade se houvesse mais investimento no Programa Estadual de Crédito Educativo (Procred). Com a Uergs, Beto Albuquerque planeja abrir 40 mil vagas. "É uma tarefa complicada. Não sei até que ponto é interessante o Estado investir para atender um setor que já está atendido", critica o presidente do Comung.

É interessante o Estado investir para atender um setor que já está atendido?

O reitor da Urcamp, que diz apoiar a criação da Uergs na teoria, enxerga muitos obstáculos para concretizar a tarefa na prática. "Seria muito cômodo para as universidades comunitárias, mas os impedimentos legais são enormes", compara. Um dos principais entraves seria a admissão dos servidores públicos, que hoje só é feita por concurso. Contando somente os funcionários técnico-administrativos das sete universidades, o Estado deveria estar disposto a contratar 3.851 pessoas, número que pode dobrar com a inclusão dos professores.

Reitora da menor universidade comunitária do estado, a Unicruz, a química Lucia Maria Baiocchi Amaral também não vê a criação da Uergs como a melhor saída. "O mundo mudou, o Rio Grande do Sul mudou e as instituições mudaram. Este projeto é de outra época", afirma. Reclamando da falta de debate, Amaral prevê que o crescimento da Unicruz possa ser abalado com a incorporação nos moldes previstos pelo texto que está na Assembléia. "Se o Estado tem condições de assumir a nossa instituição com os mesmos padrões de desenvolvimento, não haveria problema", observa, ao frisar que em sua gestão foram criados 11 novos cursos de graduação.

A UCS, maior universidade comunitária gaúcha em número de alunos e área construída, tem uma posição mais prudente. Por enquanto, não existe opinião oficial sobre o projeto que tramita na Assembléia. "Em princípio, a UCS é favorável a esta idéia", assegura o vice-reitor, Luiz Antonio Rizzon, lembrando que a decisão final terá de passar pelo Conselho Diretor da fundação mantenedora da instituição. Necessidade de maior oferta de vagas em Caxias do Sul, existe. Em 1998, cerca de 10 mil pessoas se inscreveram no vestibular para concorrer a apenas 3 mil vagas.

Como os gaúchos da região da Serra, existem muitos outros fora da universidade por não terem acesso ao ensino público e gratuito na região em que moram. Em número de quatro, as universidades federais no estado estão concentradas nas regiões Sul, Centro e na Capital. Em 60% do território gaúcho só existe a opção do ensino pago. Com um governo que se mostra disposto a espalhar a idéia do ensino superior gratuito por todo estado, pode ficar mais fácil montar esse quebra-cabeça que um dia poderá formar a Uergs.

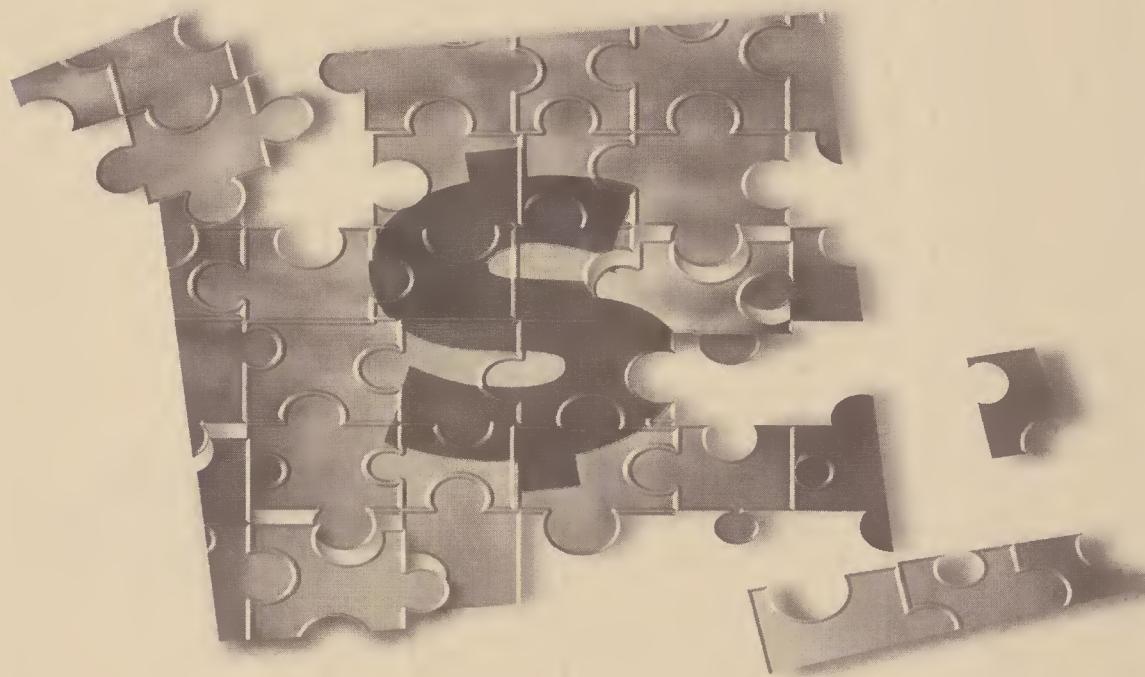
O TAMANHO DA UERGS

Nome da Universidade	Número de Alunos	Número de Mestres	Número de Doutores	Número de Funcionários	Cursos de Graduação	Cursos de Pós-graduação	Orçamento de 1998 (R\$ milhões)	Área Construída (m²)	Número de Laboratórios	Municípios abrangidos
Unicruz	3.744	86	19	245	28	15	12,18	19.590,00	46	30
UPF	11.717	170	60	748	69	41	57,80	58.387,98	81	221
Unisc	6.691	157	30	417	22	23	34,89	27.290,65	34	76
Unijuí	9.445	218	26	529	28	22	37,50	89.714,55	164	51
UCS	18.793	194	64	1.059	30	56	53,00	116.474,00	264	56
URI	7.857	198	33	304	22	11	34,10	68.591,69	44	102
Urcamp	9.000	51	6	549	24	13	20,00	52.910,98	68	18
TOTAL	67.247	1.074	238	3.851	(*)	(*)	249,47	432.959,85	701	(*)

(*) Totais não publicados por conter informações repetidas

Fontes: Assessorias de Comunicação das instituições

UNIVERSIDADE ESTADUAL



Recursos para o Terceiro Grau não estão sendo repassados

Quanto vai custar a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), ninguém sabe. O deputado Beto Albuquerque (PSB) calcula que cerca de R\$ 200 milhões anuais seriam o suficiente para iniciar o processo de incorporação das universidades comunitárias gaúchas. Para o parlamentar, os recursos deveriam vir de pouco menos de 3% dos 35% do orçamento que o Estado tem obrigação de investir em Educação. Esta estimativa, na opinião do deputado, mostra a viabilidade econômica do projeto. Mas a conta pode ser um pouco mais salgada: em 1998, o orçamento somado das sete instituições ficou em R\$ 249,47 milhões. Para piorar a situação, os parcos recursos que deveriam ser destinados ao setor não estão sendo repassados integralmente pelo governo Britto.

Previstas pela Constituição Estadual, as fontes de financiamento do ensino superior pelo Estado são duas: 0,5% da receita líquida dos impostos próprios para o subsídio do crédito educativo e 1,5% da mesma receita líquida para sustentar a pesquisa gaúcha via Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs). Até dezembro do ano passado, somente neste segundo item a dívida do Estado para com a fundação era de R\$ 129,81 milhões. Mesmo tendo aumentado o valor do repasse em quase 100%, o governo atual destina apenas 25% dos R\$ 40

milhões que deveria passar anualmente à Fapergs.

No que se refere ao crédito educativo, a conta é mais nebulosa. Existem poucos dados públicos sobre a destinação da verba em nível estadual. Albuquerque denuncia que dos R\$ 17 milhões que deveriam ser repassados por ano, pouco mais de R\$ 3 milhões chegam efetivamente aos cofres das universidades. "Nós vamos cumprir a lei em relação ao crédito e à pesquisa", promete Laerte Meliga, um dos coordenadores do programa de governo. Durante a campanha, o PT garantia a ampliação das bolsas do crédito educativo para mais 10 mil alunos.

Oficialmente, a Secretaria da Educação não está fornecendo dados sobre a gestão que se encerrará em 31 de dezembro. Se quiser comparar com os dados do deputado do PSB, um cidadão terá que se basear em material impresso de campanha. Na página 24 do *folde*r O Governo Britto, fica-se sabendo que de 1995 a 1997 foram distribuídas 3.128 bolsas do Programa Estadual de Crédito Educativo (Procred). "No governo Britto, o número de universitários gaúchos que recebeu bolsas de estudos do Procred aumentou em 275%", argumenta o texto do folheto. Em três anos, foram investidos R\$ 5,352 milhões. O valor é inferior em mais de dez vezes ao que foi gasto na propaganda oficial do governo no ano de 1998.

Uemg tem ensino pago no interior e gratuito na Capital

Criar uma universidade estadual do nada parece ser trabalho para décadas. Depois de dez anos, Minas Gerais ainda não conseguiu colocar em pé sua instituição pública e gratuita mantida pelo governo. Com 10 campi espalhados por Belo Horizonte e outros municípios, a Universidade do Estado de Minas Gerais (Uemg) ainda enfrenta as mesmas dificuldades dos tempos em que a legislação autorizou a absorção de nove fundações de ensino superior. A incorporação total só se deu na Capital onde quatro escolas (Fuma, Guignard, FAE e Sosp) passaram a fazer parte do patrimônio da Uemg a partir de julho de 1994. Sem interesse em transformar os professores das instituições do interior em servidores públicos, o governo vem empurrando com a barriga o processo de assimilação das instituições de Campanha, Carangola, Diamantina, Divinópolis, Ituiutaba, Lavras, Passos, Patos de Minas e Varginha. Essa diferença de status acabou criando uma situação bizarra: os alunos da Uemg de Belo Horizonte não pagam nada para estudar, enquanto seus colegas do interior continuam bancando as mensalidades das escolas do próprio bolso, como se nada tivesse acontecido.

Mas muito coisa mudou desde 1989, quando os constituintes mineiros incluíram o artigo 81 na Carta estadual. O texto determinava a criação da Uemg, sob a forma de autarquia. Na prática, a universidade só começou a existir cinco anos depois, com a incorporação das escolas da Capital. Em maio de 1995, foi a vez do decreto para encampação das fundações de Passos e Ituiutaba. O processo parou no meio do caminho. Quase um ano depois, a Uemg foi reconhecida legalmente pelo MEC. Em 2 de outubro de 1997, a instituição estadual foi autorizada a funcionar com seus campi regionais.

A precariedade na incorporação das fundações se reflete nos números da Uemg em relação a sua importância na inserção regional. São 14,2 mil alunos, 65 cursos de graduação e 44 de pós. Entretanto, do total de 872 professores, apenas 142 possuem mestrado (125) ou doutorado (17), o que significa 16,3% dos docentes. Para manter a universidade funcionando, o governo disponibilizou para a Uemg, em 1998, R\$ 12,39 milhões. Com quase quatro vezes menos alunos, a Universidade de Cruz Alta, a menor instituição comunitária gaúcha, tem um orçamento de R\$ 12,18 milhões.

Instituições estaduais deram lugar a particulares

A participação das universidades estaduais (UE) no sistema de ensino superior brasileiro dança conforme a música do momento. Se foi pequena em um primeiro momento, registrou crescimento acentuado em meados dos anos 80 para logo em seguida sofrer uma desaceleração regular. Sintomaticamente, o número de instituições mantidas pelos governos estaduais tem diminuído, ao mesmo tempo em que aumentam as políticas de incentivo ao ensino particular. De acordo com a Evolução das Estatísticas do Ensino Superior no Brasil, que integra o Censo Educacional 96 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), as UEs estão em franca descendência.

De 1980 a 1996, o número de estaduais no bolo das universidades brasileiras passou de 6% para 8%. Apesar de parecer um resultado positivo. A tendência de queda fica visível quando se percebe que em 1986 este percentual andou acima do patamar atual. Naquele ano de abertura política e início da Nova República, das 855 instituições existentes 90 (10,5%) eram UEs e 592 (69,2%) eram particulares. Uma década depois, o número de estaduais caiu para 74 (8%), enquanto o de particulares aumentou para 711 (77,1%). Relação que não se reflete diretamente no número de matrículas. No mesmo período de dez anos, o Censo Educacional do Inep mostra que as universidades estaduais registraram um aumento no

número de novos alunos. Se em 1986 elas respondiam por 14,5% do total de 824.627 ingressos, em 1996 as estaduais passaram a representar 16,9% dos 1.209.400 estudantes que entraram nas universidades brasileiras. Paralelamente, a participação das instituições particulares nas matrículas passou de 39,2% para 48,2%.

As UEs também formaram mais gente neste intervalo de tempo. Foram 15.161 concluintes, ou 14,6% do total, em 1986. O número cresceu para 27.772, ou 19% dos formados, em 1995. Nas universidades particulares o crescimento também foi expressivo. Os concluintes passaram de 44.308 (41,7%) acadêmicos em 1986 para 68.436 (46,8%) em 1995.

UNESCO

Acima do mercado, a universidade crítica

Miriam Gusmão

A visão do ensino universitário dentro da linha ideológica neoliberal foi completamente derrotada na Conferência Internacional sobre Ensino Superior, promovida pela Unesco, no período de 5 a 9 de outubro, em Paris. Os opositores e os seguidores das teses do Banco Mundial travaram, durante o encontro, duros embates. No entanto, ao final das discussões, a carta de princípios e a declaração de ações prioritárias, aprovadas por unanimidade, contemplaram a defesa do ensino público, a autonomia da instituição universitária, o convívio indissociável entre ensino e pesquisa, a valorização do trabalho docente e a função social da universidade, voltada para a organização de uma nova sociedade menos violenta, mais igualitária e protetora do meio ambiente.

Conforme destaca um dos integrantes da delegação brasileira no encontro, o presidente da Andes, Renato de Oliveira, "a linha que preconiza a privatização, a integração prioritária da universidade com o mercado, a gestão empresarial, a terceirização dos trabalhos técnicos e a precarização da atividade docente ficou sem ressonância". Renato comenta a intervenção feita pelo presidente do Conselho Nacional de Educação, Éfren Maranhão, identificado com a política oficial do Brasil para o Terceiro Grau: "Ele centrou seu discurso na defesa da qualidade do ensino superior, mas sua abordagem genérica miticou questões como a omissão do governo, a mercantilização, a concentração da pesquisa e o estrangulamento do sistema público".

Embora as conclusões da conferência não tenham caráter normativo, constituindo-se num quadro de referência para os governos, as entidades sindicais e as demais instituições ligadas ao ensino superior e à pesquisa, Renato acredita em muitos desdobramentos concretos a partir de agora. Ainda dentro do encontro, houve uma reunião da Federação International de Sindicatos de Educadores que discutiu formas de dar continuidade à linha definida na Unesco. A sistêmica de relações internacionais dos sindicatos deverá render frutos, segundo Renato, no próximo congresso da Andes, programado para fevereiro, em

Fortaleza. Muitas das entidades que participaram da reunião em Paris serão convidadas para o congresso, com perspectiva de definição de ações conjuntas.

Maior acesso ao Ensino Superior

Uma das preocupações dos participantes da conferência – que somaram em torno de três mil pessoas, entre delegados e observadores convidados – foi a de ampliar o acesso à universidade. Muito embora o encontro tenha avaliado que o ensino secundário não deva se limitar a preparar para o Terceiro Grau, mas oferecer formação para uma ampla gama de profissões, também concluiu que todo o cidadão deve ter o direito a ingressar na universidade no momento em que desejar. As políticas de acesso, baseadas no mérito dos candidatos, deverão evitar a exclusão de segmentos sociais, como as minorias culturais e lingüísticas, as classes sociais menos favorecidas, os povos indígenas, os que vivem em situação de ocupação e os que apresentam alguma deficiência física.

A Unesco baseou-se no parágrafo primeiro do artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos para defender a equidade no acesso ao ensino superior. Sustentou que as instituições de ensino e pesquisa devam obter o apoio material e financeiro necessário de fontes públicas e privadas. Também destacou que o desenvolvimento de qualquer país requer pessoas qualificadas e críticas e que a redução das disparidades entre as nações altamente industrializadas e as demais pressupõe o amplo intercâmbio de conhecimentos, cooperação internacional e acesso a novas tecnologias. Como meio de compartilhar o saber entre todos os povos, a conferência defendeu a promoção da mobilidade universitária internacional através da efetivação dos convênios de estudos, da validação de diplomas e títulos e do intercâmbio de conteúdos e experiências.

Uma solidariedade universitária internacional, ao mesmo tempo que deverá promover o intercâmbio, procurará evitar a fuga de especialistas dos países menos desenvolvidos. A idéia básica é criar mecanismos de apoio aos países em desenvolvimento, para que possam construir e consolidar suas próprias capacidades educativas. Outro procedimento estudado

é a participação de voluntários universitários, professores em início de carreira que se deslocariam de países industrializados para os menos desenvolvidos, a fim de atuar no ensino superior e na pesquisa. Todas as trocas, no entanto, deverão respeitar as peculiaridades nacionais e regionais, ensejando um conhecimento pluralizado e democratizado. Para Renato de Oliveira, as diretrizes quanto ao acesso dos cidadãos à universidade e à inserção dos países na comunidade acadêmica internacional diferem da orientação oficial brasileira que se tem pautado por um ensino superior elitista.

Universidade contra a pobreza

As conclusões da conferência da Unesco incluem a integração da universidade com o mundo do trabalho, mas sem previsão de subordinação aos ditames dos segmentos proeminentes da economia. Antes e acima disso, a universidade deve articular-se com os agentes sociais, a fim de delinear orientações de longo prazo para o desenvolvimento sustentável e equilibrado. Nesse desenvolvimento, são prioridades a erradicação da pobreza, da fome, das enfermidades e do analfabetismo, assim como a eliminação da violência e da intolerância. Pontos reiteradamente destacados foram o respeito ao meio ambiente e às peculiaridades culturais.

Os debates acentuaram a necessidade de representantes da universidade interagirem com os integrantes dos demais níveis de ensino, buscando o desenvolvimento do conjunto do sistema educativo, melhorando a formação do pessoal docente, elaborando planos de estudo e ativando as pesquisas sobre a própria educação.

A ênfase à promoção da pesquisa em todas as áreas do conhecimento, acompanhada da devida difusão de seus resultados, foi outro ponto marcante das discussões. Os participantes destacaram que toda investigação científica deve ocorrer em benefício da humanidade, seguindo o primado ético, o rigor científico e enfoques multidisciplinares e transdisciplinares. Também avaliaram que o desenvolvimento da pesquisa dentro dos estabelecimentos de educação superior promove maior qualificação e eficiência dessas instituições.

**Para conhecer
a Universidade
e discutir os rumos
do Ensino Superior**

Exercite seu lado Adverso. Escreva para a redação
cartas, artigos, crônica, ensaios, críticas ou até mesmo elogios.
Você e suas idéias sempre foram bem-vindos.



Célio Regina Jardim Pinto / Departamento de Ciência Política da Ufrgs



Nada será como antes no Brasil pós-eleitoral

OBrasil acaba de viver um denso processo eleitoral cujos resultados das urnas contrariaram muitos analistas e, principalmente, muitas vontades. As elites políticas no país, pela segunda vez, preconizaram o sonho da mexicanização da política brasileira. Quem não se lembra da famosa eleição de 1986, quando o Plano Cruzado foi mantido artificialmente e o PMDB levou quase a totalidade dos votos no país? Muitos, naquela oportunidade, alardeavam a mexicanização, ou seja, a "democracia do partido único". Novamente, a ilusão voltou: anos sem inflação combinados com o sucesso de um discurso que atribui às forças malévolas da globalização todas as nossas mazelas, levaram muitos a pensar, que não só o presidente se reelegria com uma maioria arrasadora, como a famosa oposição, leia-se PT, estaria vivendo seus estertores. Enganaram-se mais uma vez. Poder-se-ia dizer que a ilusão e o consequente engano são efeitos de uma elite pouco afeita ao jogo democrático e que está sempre como que torcendo para que ele esmaeça. Certamente havia razões para acreditar que os eventos tomariam este rumo mas, no entanto, isto assim não se sucedeu.

Nos últimos quatro anos, o debate político no Brasil foi sendo estrategicamente substituído pelo governo federal e seus apoiadores estaduais por dois tipos de argumentos, de certa forma contraditórios.

Primeiro, o argumento da fatalidade, que colocava o Presidente da República e o desempregado no mesmo barco. Ambos sofriam com a crise internacional advinda da globalização, da internacionalização do capital e de outros mitos da mesma natureza. No estilo do velho Tancredo, a palavra de ordem era "não podemos nos dispersar". Se não tínhamos emprego aqui, na Tailândia também não. (Lástima, sempre poderia ser uma alternativa de imigração.) Se os bancos faliam aqui, também faliam no Japão. (Estávamos, pelo menos, em boa companhia.)

Derivava-se do argumento fatalista um outro, que por mais paradoxal que possa parecer, pode ser chamado de argumento da salvação.

Frente à hecatombe mundial, globalizada, havia uma única saída possível que havia sido construída pelas mãos mágicas da ciência, nos gabinetes do Ministério da Fazenda e no Banco Central (o que nunca ficou muito claro, de qual país, mas isto é apenas um detalhe). Privatizações, Proer, desmantelamento do ensino público, sucateamento da saúde, aumento dos

encargos fiscais, juros exorbitantes, moeda sobrevalorizada, tudo era consequência de estratégias claras, racionais e únicas. Não havia alternativa: eram esses remédios ou o caos. Frente a isto, estávamos em uma situação bastante difícil, pois o próprio governo, que havia sido eleito democraticamente, negava a democracia, associando toda e qualquer proposta de alternativa ao caos, ao desconhecimento, à má intenção. O consenso, próprio dos regimes não democráticos, era a única posição aceita. A verdade não se debate. E debate não houve.

A partir destes dois argumentos, não havia o que discutir nas eleições e a mídia de todos os tamanhos e feitiços enfatizava em seus programas e textos que as eleições não estavam entusiasmado, que o leitor não estava interessado, que havia uma completa despolitização. Ora, se anuncia assim a eleição perfeita, que se encaixava completamente nos argumentos da fatalidade e da salvação. Se estávamos frente a uma grande fatalidade e se havia um salvador detentor da solução, ao povo, ao eleitor só poderia restar a opção de votar nesta verdade, por que então politizar, discutir, colocar propostas frente a frente?

Mas, no decorrer do processo eleitoral, uma realidade muito distinta se impôs. Talvez tão convencidos estivessem os governantes, que no seus programas de TV esqueceram que não estavam falando do Japão ou da Tailândia, mas estavam falando de um Brasil vivido por cada um de nós. Um Brasil sentido em cada esquina de cada cidade: na vida de cada desempregado; de cada devedor de bancos (grandes e pequenos); de cada doente dependente do serviço público. O faz-de-conta foi exacerbado e tudo começou a soar falso. Desde as promessas e as demonstrações de grandes feitos até o balançar das bandeiras governistas nas ruas das grandes cidades. Se o sorriso do militante de ocasião podia não ser verdadeiro, se os serviços que da televisão mostrava não era verdade na vida das pessoas, por que também seria verdade o argumento da fatalidade e da salvação? Será que não havia outras alternativas?

OPresidente da República se reelegeu não com os votos pretendidos e, certamente o argumento da fatalidade e da salvação foram perdedores. A oposição mostrou que existe, que é forte e pode ameaçar, não com o caos, mas resignificando o discurso político brasileiro que estava emparedado entre a salvação e o caos. É simples e, talvez

por isto mesmo, radical: poucos saíram deste pleito pensando que estamos frente ao inevitável. E isto é definitivamente um avanço, pois toda a vez que um povo foi convencido de que estava frente ao inevitável, este povo foi conduzido a sua própria desgraça.

O Brasil, portanto, não se mexicanizou (aliás, até o México não é mais mexicanizado). Mas, não param aí as novidades do novo quadro político.

Definitivamente, a política brasileira passou a ser política e passou a ser brasileira, ou seja, temos problemas derivados de tomada de decisão política daqueles que detinham e ainda detém, pelo menos em nível federal, o poder de decidir. A ação política foi enunciada, falada, durante a campanha eleitoral, pela oposição mas, agora, passadas as eleições, a qualidade da tomada de decisão, da escolha esta sendo escancarada também no interior do próprio governo, que até o dia 4 de outubro havia conseguido, por razões fáceis de se perceber, uma unidade admirável. Até 4 de outubro o governo tinha uma reeleição a enfrentar e uma oposição a destruir.

Conseguiu a reeleição, mas a oposição não foi destruída. O governo está mais frágil e a fragilidade do governo começa a aparecer na incapacidade da manutenção da coesão. Ao mesmo tempo que diminuiu o espaço do governo federal, aumentou o espaço de alguns de seus mais destacados membros que lutam por se manter no páreo para assegurar uma vida política futura. Se falta a ACM o Maluf, uma arma poderosa, falta a FHC o Britto, seu mais humilde e fiel apoiador. Com estas duas figuras governando estados importantes a unidade do governo estava salva. Aos demais só restava o papel de coadjuvantes na ópera da globalização inevitável. Mas agora há espaços a serem ocupados e espaços se conquistam com diferenciações. Isto é mal para o governo, mas bom para o país.

Não passaremos mais quatro anos ouvindo, repetidamente, que a discussão, as alternativas são inócuas, porque a solução é única, é técnica; que os problemas são apenas consequências das forças ocultas da globalização. O Ministro da Saúde já deu, nos últimos dias, claras demonstrações que os tempos são outros. A reforma administrativa não passou nos moldes do governo (governistas se rebelaram). A comunidade científica, tão pouco afeita a atos mais radicais, se manifesta com veemência contra o desmonte das políticas de ciência e tecnologia no país. São novamente tempos da política. Nada será como antes.

Cristiano Cardoso Gomes / Acadêmico de Engenharia Florestal na UFRPE

A cultura da fotocópia: quem ganha e quem perde

Quem nunca tirou "xerox" de um livro na verdade não é usuário de máquinas de fotocópias. Como bem sabemos, as xerox (ou Canon, ou o que for) pouco tiram fotocópias de documentos. Todavia, é importante lembrar que se os livros no geral em sua maioria são bonitos, bem confeccionados, organizados, ilustrados e práticos, por que tanta gente tira xerox? Simples, porque sai mais barato. Um livro técnico de 100 páginas não custa menos que R\$30,00, enquanto que 100 fotocópias "xerox" fica em torno de R\$ 6,00 a R\$ 8,00. Diante disso, boa parte dos acadêmicos e professores nas universidades preferem as fotocópias pois, como é de conhecimento geral, os acadêmicos, se mal conseguem manter-se numa universidade, imagine comprar livros!

Esse quadro é inaceitável, pois o Brasil é um dos maiores produtores mundiais de papel e celulose. Aqui as árvores crescem duas vezes mais rápido do que na Europa. Temos as maiores jazidas de minério

do mundo. Portanto, matéria-prima para tintas não é problema. Então é inaceitável termos livros tão caros. Será que o discurso é verdadeiro quando dizem que querem priorizar a educação, quando na verdade o livro não é subsidiado, os impostos são altos, as limitações são grandes, e publicar um livro torna-se uma *via crucis*? O livro poderia ser mais barato se houvesse pressão da sociedade e vontade política para tanto.

Os países tidos como desenvolvidos tiveram como base em seu desenvolvimento o conhecimento e não apenas por terem gerado tecnologias inovadoras. Essas, sem dúvida, foram geradas porque tinham conhecimento registrado.

E se o livro é caro só resta a xerox que, mesmo assim, é cara também, pois chega a custar o valor de um pãozinho. Para a publicação de um livro sei que existe toda uma estrutura para lançar um produto no mercado, pesquisa, marketing, divulgação, gráfi-

ca, diagramação, edição, impressão, figuras, fotos, propaganda, dentre outros. Mesmo assim, os preços são muito altos. Diante disso tudo só vejo algumas soluções: primeiro, redução dos preços pelas editoras; segundo, redução dos impostos; terceiro, que livros técnicos sejam subsidiados pelo governo; quarto, cobrança de uma taxa de direitos autorais (como a que é cobrada das rádios quando executam músicas) sobre as máquinas de "xerox"; quinto, sistema 0800 de ligação para as editoras a fim de liberação da fotocópia e facilitação do processo.

Amigos(as), sei o quanto custa aos nossos bolsos o valor de um livro. Mas coloque-se no lugar de quem escreveu e verá que, depois de tantas dificuldades, o escritor necessita de uma recompensa, e essa recompensa é a compra do livro. Portanto, compre livro ou peça sempre autorização para xerox. Mais: antes de tudo isso é preciso exigir para que as editoras baixem os preços. Mas façamos a nossa parte.

ORELHA



A política externa do regime militar brasileiro

Paulo Fagundes Vizentini.
Analisa a política exterior do regime militar como diplomacia voltada ao processo de desenvolvimento industrial por substituição de importações e o fortalecimento nacional no plano mundial, com vistas à construção de uma potência média. Editora da Universidade. 409pp.



Operación Cóndor
Nilson Cezar Mariano. Livro reportagem sobre a operação que reuniu os aparelhos repressivos dos governos militares do Cone Sul – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai – para eliminar adversários políticos. Ediciones Lohlé Lumen.

Porto Alegre: guia histórico

Sérgio da Costa Franco.
Registra a evolução urbana e cultural de Porto Alegre. Recompõe a vida na capital gaúcha, informando sobre a origem de bairros, ruas e instituições. Editora da Universidade. 439pp.

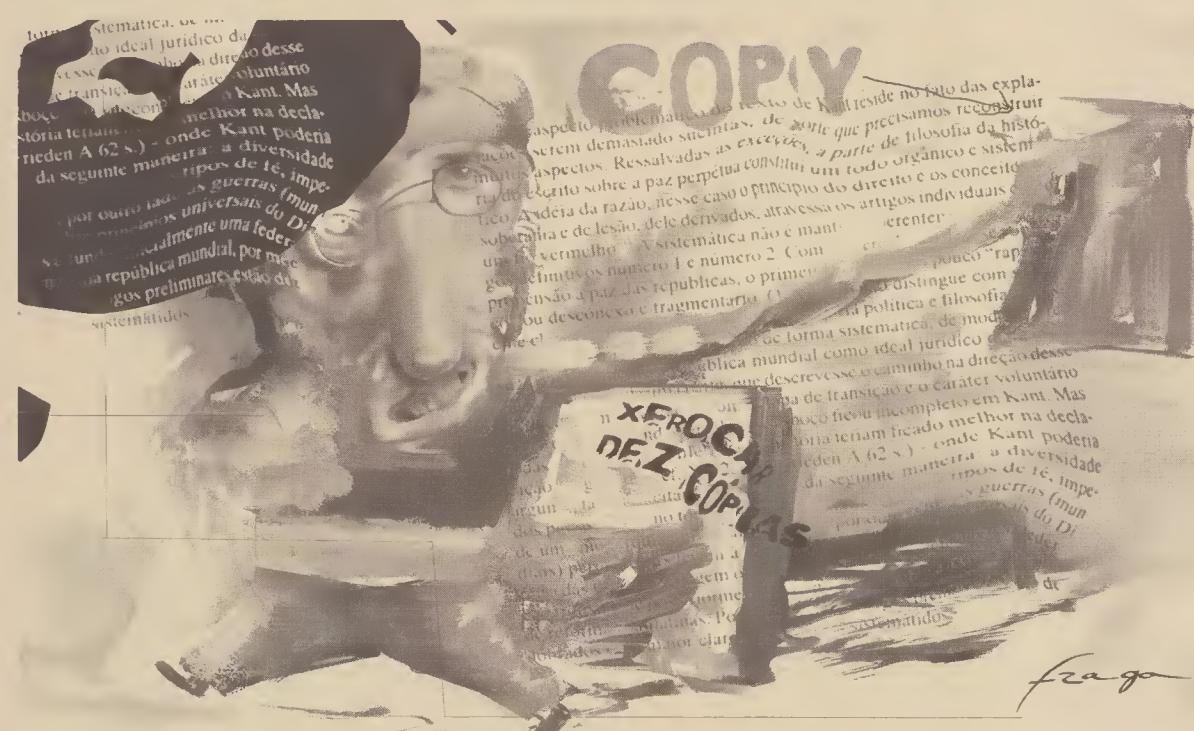
HEMEROTECA

Jornais Diários
Zero Hora
Correio do Povo
Folha de São Paulo

WWW

Língua inglesa
 www.rootsweb.com/~genepool/sayings
Tudo sobre a língua inglesa

Fax grátis
 www.shareware.com
Envia para qualquer lugar do mundo

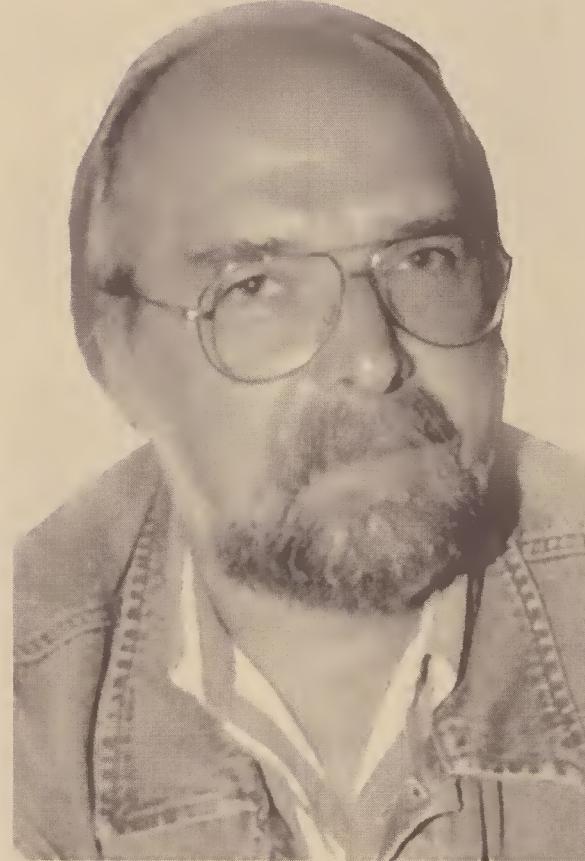


AD NAUSEAM



"A dívida externa já foi paga"

Fotos de Fabrício Osanai



No Brasil, falar em suspensão do pagamento da dívida externa é assunto controverso. Os cardeais do Palácio do Planalto dizem que propostas do gênero fazem parte da cartilha da "esquerda irresponsável". A mídia pinta o tema com tonalidades folclóricas. E se a proposta vier de entidades europeias? E se, além de incluir o Brasil, os europeus reivindicarem a anulação das dívidas de todos os países do Terceiro Mundo? Pois sindicatos, ONGs, movimentos sociais e entidades de classe da Europa assumiram essa reivindicação! E está sediado em Bruxelas o Comitê pela Anulação da Dívida Externa do Terceiro Mundo, que vem organizando manifestações nos países europeus. O coordenador do comitê, Eric Toussaint, é economista, cientista político e especialista em dívida externa do Terceiro Mundo. Ele diz que não defende um "calote", posto que as dívidas já foram, há muito tempo, pagas. Cumprindo sua vocação controversa, Adverso apresenta um pouco das idéias de Toussaint, que defende ainda a criação de um imposto para taxar as grandes fortunas e as transferências de capital que varrem os países e desestabilizam políticas monetárias dos governos. Para o belga, os povos do Terceiro Mundo devem ser indenizados pela pilhagem histórica cometida pelos povos do norte. Em passagem por Porto Alegre, a convite da Prefeitura Municipal, Toussaint visitou a Adufrgs e conversou com o presidente da entidade, Carlos Schmidt. Acompanhe.

Adverso – Qual é a magnitude da dívida externa dos países do Terceiro Mundo e qual a incidência dessa dívida nos países?

Toussaint – Estamos conhecendo uma nova crise da dívida externa do Terceiro Mundo, que começou no final de 97, início de 98. Há dois critérios que permitem afirmar isso. Primeiro, a taxa de juros para novos empréstimos, feitos pelas instituições dos países ricos, está aumentando. Segundo, o preço de mercadorias de exportação dos países periféricos também está aumentando. Estamos voltando à situação dos anos 79 a 81, porque a primeira crise da dívida externa começou com estes dois fenômenos. A partir de 81/82 começou a alta nos preços de exportação das economias do sul para o norte. E há fatores novos muito interessantes. Nestes dias, alguém como Greenspan (- Alan Greenspan, presidente do FED, o banco central dos EUA) propôs a realização um esforço para alavancar a economia baixando as taxas de juros. Esse esforço não custa muito porque os fluxos de capitais para o norte são elevados e por isso há uma tendência de baixa das taxas.

Adverso – Quando, exatamente, começou essa crise da dívida externa dos países do Terceiro Mundo?

Toussaint – Eu diria que a crise da dívida externa explodiu em 82, quando o México declarou que não estava em condição de pagar o serviço da dívida. Agora, esta crise não está concluída; o estoque da dívida está aumentando. De 82 a 97, a dívida multiplicou-se em por 3,5 a 4 vezes. Em 82, a dívida externa dos países do Terceiro Mundo era de 450 milhões de dólares. Se multiplicou mais de três vezes durante este período. Pagou-se em serviço três vezes e em capital mais de três vezes o estoque de 82. Em meados de 97, a dívida externa subiu de maneira muito acelerada, sobretudo nos países asiáticos face à crise do ano passado. A dívida de países como Brasil, México, Venezuela e Ar-

gentina está aumentado pelo aumento da taxa de juros. No Brasil, a dívida externa chega a US\$ 200 bilhões e a interna é em torno de US\$ 300 bilhões. A situação agora é muito mais grave do que aquela do início dos anos 80.

Adverso – Em que momento surgiu esse movimento pela anulação da dívida externa do Terceiro Mundo e qual o interesse dos países do norte em anular a dívida, além da questão da solidariedade?

Toussaint – Essa idéia é minoritária, porém está ganhando terreno. Várias centrais sindicais europeias, ONGs, intelectuais e outros movimentos sociais incorporaram essa reivindicação. Isso não existia há dois anos. Está progredindo. Quando nos manifestamos em Madri, pelos 50 anos do FMI e do Banco Mundial, havia 50 mil pessoas nas ruas com esta reivindicação. Foi assim em Lion, em 97, em Amsterdã, também em 97. Estou convencido de que no ano que vem, com a G7, estaremos em 100 mil nas ruas. A população está começando a tomar consciência dessa importância, porque com a crise da dívida externa há empobrecimento da maioria dos países da periferia e aí há uma implicação recessiva sobre a economia mundial. Há uma relação objetiva de interesse do povo do sul e do norte. E a dívida é injusta porque já foi paga várias vezes.

Adverso – As mudanças políticas recentes, com aumento do espaço dos social-democratas na Europa pode constituir um contraponto ao EUA em termos de relacionamento com os países do sul. Isso, conjugado com ganhos de consciência do povo do norte, pode abrir espaço, senão para a anulação, pelo menos para a renegociação em outros termos da dívida?

Toussaint – Sim, e alguns governos já sinalizaram isso, como a Alemanha de Helmut Kohl, a França de Mitterrand, no sentido de tomar medidas de auxílio aos países endividados. A Inglaterra trabalhista de Tony Blair também tem essa intenção. Creio que há uma evolução favorável. Outro fenômeno é que as instituições financeiras, que estão contra a anulação, estão mudando de discurso. Michel Candessus (presidente do FMI) acaba de dizer em Washington que estamos vivendo uma crise sistêmica. É a primeira

vez que um dirigente do FMI fala numa crise do sistema. Há documentos de analistas e até do Banco Mundial, indicando que temos que tomar medidas de controle de capital.

Adverso – O vem a ser a Taxa Tobin?

Toussaint – Nossas propostas são de anulação da dívida do Terceiro Mundo e também uma auditoria sobre como os países se endividaram, quem firmou os contratos de empréstimos e uma auditoria sobre os depósitos de ricos. Você sabe que a dívida externa da América Latina alcançava, em 96, em torno de US\$ 600 bilhões de dólares e os depósitos dos ricos latino-americanos nos países do norte, segundo dados do banco de pagamentos internacionais, era de US\$ 366 bilhões. Quer dizer, grande parte da dívida de dólares da América Latina são de capitalistas latino-americanos que enviaram seus capitais para os países do norte. Propomos uma auditoria sobre o que esses senhores têm como fortuna no norte e depois exigir o pagamento de um imposto. Também exigir uma explicação de como enriqueceram. Esta reivindicação tem que ser incorporada e escrita nos programas de sindicatos e movimentos sociais dos países do sul. Na Venezuela, no ano passado, formou-se uma comissão parlamentar para investigar sobre a dívida externa, com poder de exigir levantamento de segredos bancários. A Taxa Tobin (proposta em 1978 por James Tobin, conselheiro de Kennedy e prêmio Nobel de Economia em 1982) é uma outra dimensão, é a idéia de taxar todas as transferências financeiras internacionais. É importante destacar que 90% das transferências internacionais de capitais são especulativas. A Taxa Tobin seria um imposto de 0,5%, por exemplo, sobre essas transferências. O montante deste imposto seria proporcional à velocidade da transferência. Isto permitiria maior estabilidade das políticas monetárias dos governos porque não haveria interesse do capital especulativo em passar de um país a outro para especular contra a moeda.

Adverso – E para onde iriam os recursos obtidos com a Taxa Tobin?

Toussaint – Para um fundo onde seriam eleitas prioridades de aplicação, se para empregos no norte, para anulação da dívida externa, para doações dos países do norte aos países do sul, que são totalmente simbólicas. Pensamos que tem que ter um fundo de reparação, porque houve pilhagem de vários séculos nos países periféricos. Não um fundo de ajuda, mas de indenização dos povos do sul que foram vítimas da pilhagem. Isso é uma proposta a debater com os demais movimentos.

Adverso – Há como descobrir quem são os donos do capital?

Toussaint – A imprensa diz que não se pode tomar medidas porque não se sabe exatamente quem controla os mercados financeiros, que aparece como uma entidade mágica. Mas os controladores têm nome e endereço e são gente ou empresas que podem pagar impostos. Um imposto sobre a fortuna dos mais ricos, por exemplo. No antepenúltimo informe do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD 97) se dizia que os 348 mais ricos do mundo teriam uma fortuna pessoal que equivalia à renda total anual de 47% da população mundial. No último informe do PNUD, que acaba de ser publicado, não são mais 348 mas, sim, 225. Em um ano, a concentração da riqueza aumentou de maneira tremenda. O mesmo PNUD disse que somente com o imposto de 4% sobre a fortuna destas 225 pessoas se poderia satisfazer todas as necessidades básicas da população mundial em matéria de saúde, acesso à água potável, programas de vacinação universal e etc. Tudo isso é mensurável e está calculado.